



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA – CSSF

REQUERIMENTO Nº DE 2013

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para discutir a aplicação, pelo governo do Distrito Federal e por outros entes da Federação, da decisão do Supremo Tribunal Federal, em Mandado de Injunção, de reconhecer o direito de algumas categorias de servidores públicos à contagem especial do tempo de serviço, para fins de aposentadoria.

Senhor Presidente,

Com amparo nos arts. 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno, venho requerer a Vossa Excelência a realização de audiência pública, em data a ser oportunamente marcada, com o objetivo de discutir a aplicação, pelo governo do Distrito Federal e por outros entes da Federação, da decisão do Supremo Tribunal Federal, em Mandato de Injunção, de reconhecer o direito de algumas categorias de servidores públicos à contagem especial do tempo de serviço, para fins de aposentadoria.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 40, § 4º, assegura aos servidores públicos que exerçam atividades de risco ou em condições especiais que lhes prejudiquem a saúde ou a integridade física, o direito a critérios diferenciados para fins de concessão de aposentadoria. A Constituição, contudo, remete para leis complementares a fixação dos critérios em que o benefício acima mencionado será concedido.

Apesar do transcurso de tempo já decorrido, até o momento ainda não foi aprovada legislação específica disciplinando essa matéria. Registre-se que os trabalhadores da iniciativa privada já tiveram reconhecido esse direito e já o usufruem normalmente. Por falta de regulamentação, contudo, esse mesmo direito não foi estendido aos servidores públicos, gerando, assim, além de tratamento diferenciado entre as duas categorias de trabalhadores, graves



prejuízos para os servidores públicos que, muitas vezes, mesmo exercendo atividades de risco ou em condições extremamente adversas e tendo a saúde irremediavelmente comprometida, não podem gozar de um direito que a Constituição lhes assegura.

Com o objetivo de reparar essa violação de direito, o Supremo Tribunal Federal já acolheu diversos mandados de injunção no sentido de garantir a contagem especial de tempo de serviço para fins de aposentadoria a diversas categorias de servidores. Isso, entretanto, não tem sido suficiente para que os servidores públicos beneficiados por essas decisões consigam efetivamente exercer o direito que a Constituição Federal lhes assegura, razão pela qual é de fundamental importância que essa Comissão possa promover um amplo debate sobre essa matéria e, assim contribuir, para evitar que essa situação de violação de direitos possa se perpetuar indefinidamente, sempre em prejuízo dos servidores públicos.

Apenas a título de ilustração, vale a pena citar como exemplo recente de decisões recentes do STF nessa temática, o caso do Mandado de Injunção nº 880, que determina à administração direta do governo do Distrito Federal definir quais categorias de servidores públicos locais terão direito à aposentadoria especial, aos 25 anos de serviços, por trabalhar em ambientes insalubres.

Registro, por fim, que oportunamente indicarei os nomes das autoridades e especialistas a serem convidadas para participar da audiência pública ora proposta.

Isso posto, e considerando de inegável importância do tema sugerido, espero contar com o apoio dos nobres pares para a provação do presente Requerimento.

Sala das Comissões,

março de 2013

Deputada Erika Kokay - PT/DF